

Pronunciamento do presidente do Consea, Renato S. Maluf. Solenidade de assinatura do Decreto PNSAN

Data: 01/09/2010

Brasília, 25/08/2010

Quero começar agradecendo ao Presidente da República por ter acolhido a proposta, elaborada conjuntamente pela Caisan, e pelo Consea, de instituir a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e por aceitar nosso convite para assinar o decreto correspondente em cerimônia com o pleno do conselho e nossos convidados.

Ao assistir essa assinatura a gente fica com sensação, presidente, que nós estamos concluindo um ciclo. Um ciclo que se iniciou com a decisão do presidente Lula de colocar o enfrentamento da fome e a promoção Segurança Alimentar e Nutricional como prioridades na agenda política nacional, e, também, na política internacional. Prioridade assumida pelo seu governo. Decisão essa que deu origem à implementação de muitas medidas e diversos programas voltados a esse objetivo. Logo em seguida, em 2006, tivemos a sanção da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, criando o sistema e a política nacional. Esse ano ainda tivemos a consagração, na Constituição Federal, da alimentação como um direito. Direito de todos os brasileiros e brasileiras para cuja aprovação tivemos o decisivo apoio da frente parlamentar liderada pelo deputado Nazareno Fonteles, aqui presente. E finalmente, neste momento, assistimos à instituição de uma política que se propõe a coordenar esse conjunto bastante amplo e diverso de programas e ações, nos distintos campos envolvidos, pela soberania e segurança alimentar e nutricional e pelo direito humano de alimentação.

Estou certo de que os integrantes do Consea se sentem orgulhosos por terem sido parte ativa desse processo desde seu início, em 2003. Somos reconhecidos e gratos a Vossa Excelência por ter criado esse importante espaço de participação social, localizando-o junto ao vosso gabinete, dando ao tema a importância e visibilidade que merece. Creio poder afirmar, sem nenhuma arrogância, que o movimento social pela SSAN e DHA no Brasil soube ocupar com seriedade e competência o espaço que nos foi oferecido, apresentando proposições fundamentadas, apontando problemas, fazendo críticas - quando cabidas - e, sobretudo, atuando como um importante instrumento de interlocução do governo com a sociedade.

Peço licença para prestar uma homenagem aos Conselheiros Nacionais e também àqueles que se mobilizam em todos os estados da nação e em centenas de municípios, realizando trabalho voluntário com muita dedicação.

A política contida no decreto é o resultado de uma construção gradativa e pactuada entre os vários setores de governo e o Conselho; ao mesmo tempo em que programas e ações foram

sendo implementados e produziram resultados palpáveis, foram se criando também condições institucionais e políticas para chegarmos ao formato da PNSAN como coordenador de todos esses programas e ações.

Então, peço licença mais uma vez para prestar uma homenagem aos integrantes da Caisan, coordenada pelo MDS, que souberam entender a importância dessa construção e, sobretudo, aceitaram o desafio, que não é simples, do diálogo intersetorial.

Presidente Lula, o decreto que o senhor assinou hoje nos dá a perspectiva de ter, em até 12 meses, um plano nacional de SAN com metas claras e recursos definidos, consagrando o compromisso de todos os setores do Governo Federal e nos credenciando a participar da formulação do Plano Plurianual 2012-2015. Vamos buscar a adesão - ao Sistema e à Política - de todos os ministérios, governos estaduais e também de pelo menos 700 municípios onde já existem Conseas instalados. Desse modo, chegaremos na IV Conferência Nacional, que realizaremos em outubro de 2011, em condições de firmar um pacto de gestão federativo pela promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. Nosso ponto de partida é bastante favorável. Não preciso repetir, aqui, os indicadores sociais e nutricionais que comprovam os avanços já obtidos no Brasil e que são amplamente reconhecidos pela população brasileira.

Cabe-me, porém, destacar alguns dos desafios colocados para nós:

a fome e a insegurança alimentar exigem vigilância permanente para impedir retrocessos (como o demonstrou a recente crise internacional dos alimentos);

ainda há setores sociais com carências básicas não preenchidas; entre eles, quero chamar a atenção para os povos indígenas, cuja condição de saúde foi amplamente debatida em recente plenária do Consea;

os indicadores de consumo apontam para o crescimento de hábitos alimentares danosos à saúde no Brasil, como já ocorre em várias partes do mundo;

somos ainda frágeis na adoção de ações educativas.

E quero reafirmar o apoio do Consea às iniciativas da Anvisa de regulamentar a publicidade de alimentos;

no que se refere à produção, precisamos enfrentar e superar a condição de estarmos entre os maiores consumidores de agrotóxicos do mundo;

no plano internacional, o Brasil tem importante papel a desempenhar na construção de dispositivos de governança global que regulem o negócio alimentar e promovam a SSAN e o DHA dos povos.

Finalizo retomando a questão da participação social nas políticas públicas no Brasil:

essa participação se mostrou decisiva em todo o processo a que me referi. Creio poder afirmar que a democracia representativa constitui uma característica distintiva da experiência brasileira em vários campos, mesmo reconhecendo os limites com os quais ela se defronta;

queremos, Presidente Lula, continuar desempenhando esse papel no futuro, que nossos temas continuem prioritários na agenda, avançando na direção de promover o direito a uma alimentação adequada e saudável, e que o Consea continue a ter a visibilidade e capacidade de mobilização do governo e da sociedade que adquiriu no governo de Vossa Excelência;

contamos com o engajamento dos ministérios, dos governos de estados e municípios, além das organizações sociais na construção do SISAN e da PNSAN;

queremos também continuar contando com a liderança de Vossa Excelência para seguirmos avançando na promoção da SSAN e DHA no Brasil e no mundo.

Obrigado.